vinetur

UE diz que acordo comercial com o México eliminará 95% dos direitos aduaneiros sobre produtos agroalimentares

A redução dos direitos aduaneiros sobre a carne, os lacticínios, o vinho e outros produtos europeus depende da conclusão dos procedimentos internos do México

quinta-feira, 19 de novembro de 2026



Na quarta-feira, 18 de novembro, a Comissão Europeia aproveitou um fórum empresarial na Cidade do México para destacar o valor económico do acordo comercial atualizado com o México, afirmando que o acordo eliminará a maioria dos direitos aduaneiros mexicanos sobre as exportações agroalimentares europeias assim que o país concluir os seus procedimentos internos.

Nas palavras de abertura do Fórum Empresarial sobre as Relações Comerciais Agroalimentares entre a UE e o México, o comissário Hansen afirmou que o acordo eliminará 95% dos elevados direitos aduaneiros mexicanos que atualmente incidem sobre os produtos agroalimentares europeus. Segundo o comissário, a mudança criará oportunidades em setores como a carne, os lacticínios, o queijo, o azeite, as frutas e os legumes, as massas, o chocolate, os alimentos transformados, os vinhos e as bebidas espirituosas.

O discurso destacou tanto a dimensão das atuais relações comerciais como o facto de os novos termos ainda não estarem em vigor. Hansen afirmou que as exportações europeias de alimentos e bebidas para o México atingiram cerca de 2,5 mil milhões de euros em 2025, tornando o país o segundo maior mercado de exportação agroalimentar do bloco na América Latina. Disse ainda que mais de 45 000 empresas europeias exportam para o México, na sua maioria pequenas e médias empresas.

O quadro comercial em causa é constituído pelo Acordo Global modernizado e pelo Acordo Comercial Intercalar, assinados pela União Europeia e pelo México na Cidade do México a 22 de maio. Segundo Hansen, o Parlamento Europeu deu o seu consentimento em julho e o Conselho concluiu o acordo pouco depois. O comissário afirmou que o acordo intercalar entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à conclusão dos procedimentos internos do México.

Este calendário é importante para os exportadores, uma vez que as reduções dos direitos aduaneiros e outras preferências comerciais ainda estão pendentes. Para os produtores europeus de bebidas, o atraso significa que o acesso facilitado ao mercado mexicano para as remessas de vinhos e bebidas espirituosas continua a ser uma possibilidade futura, e não uma realidade. O mesmo se aplica às garantias jurídicas reforçadas que o acordo deverá proporcionar a muitas denominações europeias

protegidas, incluindo nomes associados a vinhos e bebidas espirituosas.

Hansen afirmou que o acordo protegerá 568 indicações geográficas europeias no México e reforçará também a proteção das indicações geográficas mexicanas na Europa. As indicações geográficas são nomes associados a um lugar específico e a uma tradição de produção. Esta proteção destina-se a limitar as imitações e a utilização indevida e a dar aos consumidores mais garantias de autenticidade. Para os produtores de bebidas regionais com marca própria, bem como de especialidades alimentares, esta parte do acordo poderá ser tão importante como a redução dos direitos aduaneiros.

O comissário apresentou também o acordo como um instrumento ao serviço dos pequenos exportadores. Afirmou que o acordo reduzirá os direitos aduaneiros, simplificará os procedimentos, aumentará a transparência e incluirá um capítulo dedicado às pequenas empresas. Este aspeto é importante porque as empresas mais pequenas dos setores alimentar e das bebidas enfrentam frequentemente os custos mais elevados quando entram num novo mercado, mesmo quando existe procura.

Segundo Hansen, o México é um mercado com cerca de 130 milhões de consumidores e uma procura crescente de produtos alimentares de elevada qualidade e diferenciados. O comissário disse ao fórum que 119 representantes europeus do setor agroalimentar, provenientes de 22 Estados-Membros da UE, se juntaram à missão ao México, que descreveu como um esforço para transformar compromissos políticos em oportunidades de negócio.

As declarações relacionaram também o impulso comercial com preocupações geopolíticas mais amplas. Hansen afirmou que as cadeias comerciais globais enfrentam uma incerteza crescente, que as cadeias de abastecimento estão sob pressão e que os países estão a reavaliar as suas dependências económicas. Neste contexto, disse, a UE considera o México um parceiro estratégico de confiança e pretende aprofundar os laços comerciais com base num comércio aberto e assente em regras.

Ao mesmo tempo, Hansen afirmou que a redução dos direitos aduaneiros, por si só, não será suficiente para expandir o comércio. As empresas precisam também de regras previsíveis, procedimentos eficientes e da eliminação de barreiras desnecessárias.

Acrescentou que a UE tenciona continuar a trabalhar com as autoridades mexicanas em questões sanitárias e fitossanitárias, para que as oportunidades de acesso ao mercado previstas no acordo se traduzam em vendas e investimento concretos.

Hansen afirmou ainda que as normas da UE em matéria de segurança alimentar, saúde animal e fitossanidade se manterão plenamente em vigor ao abrigo do acordo. Apresentou este ponto como parte da confiança necessária para estreitar as relações comerciais, sobretudo em setores em que a regulamentação condiciona o acesso ao mercado tanto quanto os direitos aduaneiros. Para os exportadores europeus de vinhos, bebidas espirituosas e outros produtos alimentares de maior valor, os benefícios futuros dependerão não só da entrada em vigor jurídica do acordo, mas também da rapidez com que as regras aduaneiras, regulamentares e de rotulagem forem aplicadas em ambos os lados.